

Concurso Público do Instituto Federal de Sergipe para provimento dos cargos efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

ECONOMIA

CADERNO DE QUESTÕES

21/07/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Legislação	01 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 60

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Papai plantou tâmaras, mas nunca as comeu.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 01

Conforme a Lei nº 8.112/90, o auxílio-reclusão será destinado, em caso de afastamento por motivo de prisão em flagrante ou preventiva,

- (A) ao detento servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (B) ao detento servidor ativo, com valor correspondente à metade da remuneração.
- (C) à família do servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (D) à família do servidor ativo, com valor correspondente a três quartos da remuneração.

QUESTÃO 02

Conforme a Lei nº 8.112/90, consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família

- (A) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 anos de idade ou, se estudante, até 24 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (B) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 18 anos de idade ou, se estudante, até 21 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (C) o menor de 18 anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.
- (D) o menor de 21 anos que, mediante autorização administrativa, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.

RASCUNHO**QUESTÃO 03**

De acordo com a Lei nº 14.230/21, o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. Nesse sentido,

- (A) independentemente de integrar a administração direta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (B) independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (C) na hipótese de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (D) na hipótese de integrar a administração direta, deixam de estar sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

QUESTÃO 04

De acordo com a Lei nº 9.784/99, quando eivados de vício de legalidade, a Administração Pública deve

- (A) revogar os atos que tenham tais vícios.
- (B) bloquear os atos que tenham de vícios.
- (C) anular os atos que tenham tais vícios.
- (D) validar os atos que tenham tais vícios.

QUESTÃO 05

Segundo a Lei nº 12.527/2011, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade,

- (A) assegurar o descumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos dessa lei.
- (B) monitorar a fiscalização do disposto nessa Lei e apresentar pareceres periódicos sobre o seu cumprimento.
- (C) ordenar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas dessa lei.
- (D) orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nessa Lei e seus regulamentos.

QUESTÃO 06

De acordo com o Decreto nº 7.724/12, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar

- (A) divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido à informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal.
- (B) retirar o sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiros, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.
- (C) liberar a revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros.
- (D) dispor ou adicionar, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

QUESTÃO 07

De acordo com o Decreto nº 9.830/19, o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões

- (A) técnicas se agir ou se omitir com culpa, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (B) técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (C) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (D) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro sutil, no desempenho de suas funções.

QUESTÃO 08

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se

- (A) a liberdade de manifestação de pensamento, assegurando-se o anonimato daquele que divulga informações por meios eletrônicos.
- (B) a violabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo restrito o livre exercício dos cultos religiosos.
- (C) a inviolabilidade da intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, excluindo-se o direito a indenização pelo dano material.
- (D) a liberdade da expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

QUESTÃO 09

No que tange aos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, todo

- (A) brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (B) brasileiro ou estrangeiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica, garantida pelo poder privado em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (C) cidadão brasileiro em situação de miséria social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (D) cidadão brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, sem as vedações da legislação fiscal e orçamentária.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

A autoridade máxima da Constituição, reconhecida pelo constitucionalismo, vem de uma força política capaz de estabelecer e manter o vigor normativo do Texto. Essa magnitude que fundamenta a validade da Constituição, desde a Revolução Francesa.

GONET, Paulo; Mendes, Gilmar. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 156.

Essa é conhecida com o nome de poder

- (A) constitucional de reforma.
- (B) constitucional de revisão.
- (C) constituinte originário.
- (D) constituinte derivado.

QUESTÃO 11

Conforme a Constituição Federal de 1988, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para

- (A) os brasileiros analfabetos funcionais.
- (B) os cidadãos maiores de setenta anos.
- (C) os brasileiros maiores de vinte e um anos.
- (D) os cidadãos menores de dezesseis anos.

QUESTÃO 12

A Comissão de Ética Pública atua como instância consultiva do Presidente da República e Ministros de Estado. Em matéria de ética pública, a Comissão de Ética Pública, do Governo Federal, é composta de

- (A) 5 representantes.
- (B) 6 representantes.
- (C) 7 representantes.
- (D) 8 representantes.

QUESTÃO 13

De acordo com a doutrina e com as normas constitucionais, é um princípio implícito do direito administrativo o princípio da

- (A) legalidade.
- (B) moralidade.
- (C) eficiência.
- (D) autotutela.

QUESTÃO 14

De acordo com a teoria dos elementos dos atos administrativos, tipicidade é

- (A) o estabelecimento normativo, por lei, do poder de ação do agente dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade.
- (B) a autoridade hierarquicamente superior que atrai para sua esfera a prática de ato da competência natural.
- (C) a vontade emanada por agente público que estabelece as prioridades na gestão da esfera pública.
- (D) o interesse público preponderante para a escolha das prioridades administrativa da gestão pública.

QUESTÃO 15

Leia o texto a seguir.

Um servidor requer suas férias para determinado mês, pode o chefe da repartição indeferi-las sem deixar expreso no ato o motivo; se, todavia, indefere o pedido sob a alegação de que há falta de pessoal na repartição, e o interessado prova que, ao contrário, há excesso, o ato estará viciado no motivo.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 28ª Edição. São Paulo: Atlas, 2015, p. 119.

O doutrinador supracitado está se referindo à teoria

- (A) da primazia do interesse público.
- (B) das nulidades administrativas.
- (C) dos motivos determinantes.
- (D) da norma fundamental.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Leia o caso a seguir.

Imagine que uma universidade pública, chamada Universidade X, recebeu uma verba federal destinada à melhoria dos laboratórios de pesquisa de suas faculdades de ciências exatas. Essa verba foi claramente definida em um decreto federal, especificando que deve ser utilizada exclusivamente para a compra de equipamentos de pesquisa e a renovação dos espaços laboratoriais dessas faculdades. O reitor da Universidade X, ao receber essa verba, decide utilizá-la para construir um complexo esportivo universitário. Sua justificativa é que o complexo esportivo trará benefícios à saúde e ao bem-estar dos estudantes, além de atrair novos alunos, aumentando assim a verba da universidade, que poderá, eventualmente, ser aplicada na melhoria dos laboratórios.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O ato administrativo do reitor de utilizar a verba destinada aos laboratórios para construir um complexo esportivo caracteriza uma hipótese de aplicação da anulação de ato, por ser um caso de

- (A) vício de forma.
- (B) incompetência.
- (C) ilegalidade do objeto.
- (D) desvio de finalidade.

QUESTÃO 17

Analise o caso a seguir.

O reitor da Universidade Federal Y deseja delegar a um dos pró-reitores a responsabilidade de gerir todos os contratos de prestação de serviços de limpeza e segurança no *campus*. No entanto, essa delegação precisa garantir que não haja usurpação de funções e que todas as atribuições estejam devidamente legalizadas e publicadas.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no caso apresentado, qual conceito do Direito Administrativo se refere ao conjunto de atribuições das pessoas jurídicas, órgãos e agentes, estabelecidas pelo direito positivo?

- (A) Jurisdição.
- (B) Vinculação.
- (C) Competência.
- (D) Poder de polícia.

QUESTÃO 18

Pode ser objeto de delegação em um órgão público federal

- (A) a administração financeira.
- (B) a edição de atos de caráter normativo.
- (C) a decisão de recursos administrativos.
- (D) as matérias de competência restrita do órgão ou autoridade.

QUESTÃO 19

Para a configuração do ato de improbidade administrativa se exige

- (A) a omissão.
- (B) o ato doloso.
- (C) a conduta culposa.
- (D) a existência do dano.

QUESTÃO 20

Veja o caso a seguir.

Uma pessoa foi aprovada em um concurso público para o cargo de professor universitário em uma universidade federal. Após ser nomeada e tomar posse, ela foi informada que seu regime de trabalho é estatutário, conforme estabelecido pela legislação federal. Durante sua posse, a pessoa sugeriu algumas modificações no seu regime de trabalho, como horários flexíveis e benefícios adicionais, propostas que foram inicialmente aceitas pela administração.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no regime jurídico dos servidores públicos e nas normas de ordem pública, qual é o desfecho juridicamente adequado para o caso acima?

- (A) As modificações sugeridas podem ser implementadas, desde que haja acordo entre a pessoa e a administração.
- (B) A administração pode aceitar as sugestões da pessoa desde que estas respeitem diretamente a legislação federal.
- (C) A pessoa está impedida de modificar seu regime de trabalho porque seu contrato individual de trabalho, regido pela legislação trabalhista, proíbe flexibilizar as regras.
- (D) As normas do regime estatutário são cogentes e são impedidas de serem modificadas por acordo entre a pessoa e a administração, mesmo com a concordância de ambas as partes.

QUESTÃO 21

Os Institutos Federais, pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no desenvolvimento de suas ações acadêmicas, em cada exercício, deverão garantir metade de suas vagas para atenderem o objetivo de ministrar

- (A) em nível de educação superior cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- (B) educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- (C) cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- (D) em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

QUESTÃO 22

É um critério que pode ser considerado na avaliação especial de desempenho do docente em estágio probatório:

- (A) a avaliação pelos discentes, conforme normatização própria da IFE.
- (B) a avaliação periódica da aptidão física dos docentes, incluindo testes de resistência, força, flexibilidade e saúde geral.
- (C) a avaliação da capacidade administrativa e de gestão dos docentes, incluindo a gestão de projetos, orçamentos e equipes.
- (D) a avaliação na participação e liderança em atividades extracurriculares, como clubes, eventos culturais ou esportivos organizados pela universidade.

QUESTÃO 23

No âmbito da educação profissional e tecnológica, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o percurso formativo estruturado de forma a permitir o aproveitamento incremental de experiências, certificações e conhecimentos desenvolvidos ao longo da trajetória individual do estudante é chamado de

- (A) exame supletivo.
- (B) formação contínua.
- (C) itinerário contínuo.
- (D) aprendizagem profissional.

QUESTÃO 24

Leia o texto a seguir.

Segundo o último relatório de monitoramento da lei [Plano Nacional da Educação], feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022, o investimento brasileiro em educação chegava a 5,5% do PIB, e o investimento público em educação pública, a 5% do PIB, "bem distantes das metas estabelecidas no PNE. Esses resultados apontam para uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação", diz o texto do Inep.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2023-09/brasil-investe-menos-em-educacao-que-paises-da-ocde>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

O relatório do Inep demonstra a dificuldade do Brasil de conquistar a meta nº 20 do Plano Nacional da Educação (PNE), atualmente em vigor. Qual é a meta de ampliação do investimento público em educação pública, em porcentagem, equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no final do decênio de vigência da lei que institui o PNE?

- (A) 8%.
- (B) 10%.
- (C) 12%.
- (D) 14%.

QUESTÃO 25

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é possível haver a certificação profissional para fins de exercício profissional e de prosseguimento ou conclusão dos estudos, por meio do reconhecimento dos saberes adquiridos na Educação Profissional e Tecnológica e no trabalho mediante

- (A) exame de proficiência.
- (B) certificação de experiência anterior.
- (C) programa de aprendizagem baseada no trabalho.
- (D) avaliação e reconhecimento de saberes e competências.

QUESTÃO 26

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), interstício 2020-2024, classifica o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) como uma instituição pluricurricular. Esse atributo diz respeito

- (A) à diversidade de ofertas de currículos.
- (B) às atividades adicionais que complementam o currículo principal.
- (C) às atividades ou cursos que estão fora do currículo escolar oficial e são opcionais.
- (D) à integração e à interação entre diferentes disciplinas para abordar um problema de forma conjunta.

QUESTÃO 27

Leia o caso a seguir.

J. é um servidor público federal que, após uma investigação pela Comissão de Ética de sua instituição, foi considerado culpado por uma conduta inapropriada no ambiente de trabalho. A comissão elaborou um parecer detalhado sobre o caso, no qual todos os integrantes da comissão assinaram, fundamentando a decisão de aplicar a penalidade cabível.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Tendo como base o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, qual tipo de penalidade poderá ser aplicada a J.?

- (A) Multa.
- (B) Censura.
- (C) Suspensão.
- (D) Advertência.

QUESTÃO 28

Qual é o princípio constitucional da administração pública que quando exercido estará diretamente ligado ao fortalecimento do controle social?

- (A) Boa-fé.
- (B) Eficiência.
- (C) Publicidade.
- (D) Impessoalidade.

QUESTÃO 29

A especialidade das atividades de educação desenvolvidas, a criação por lei, a capacidade de autoadministração e a sujeição à tutela do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) são características que o classificam como uma

- (A) agência.
- (B) autarquia.
- (C) fundação.
- (D) paraestatal.

QUESTÃO 30

A divisão da responsabilidade com a educação no Brasil, que se reparte entre Municípios, Estados e União, é um exemplo de política pública

- (A) regulatória.
- (B) distributiva.
- (C) constitutiva.
- (D) redistributiva.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

Após as distintas discussões introduzidas pela Economia Política Clássica – que, formalmente, deu origem à Economia enquanto uma ciência –, diversos autores se dedicaram à formulação de teses que conseguissem explicar as particularidades do funcionamento do mercado, algumas das quais resultaram na chamada Teoria Marginalista, como é o caso da Economia Política Pura, proposta por León Walras. Dentre os conceitos propostos pelo autor, está

- (A) a riqueza social, entendida como o conjunto das coisas materiais ou imateriais que são valiosas e permutáveis, as quais são simultaneamente úteis e limitadas em quantidade.
- (B) a demanda agregada, que é compreendida como a somatória de outros quatro componentes, a saber, o consumo, o investimento, os gastos do governo e as exportações líquidas.
- (C) o investimento, que depende de decisões dos empresários referentes à acumulação interna de capital, à disponibilidade de recursos financeiros, às variações no lucro e no estoque de capital fixo.
- (D) o desemprego, entendido como uma variável dependente do nível de acumulação de capital, de modo que tão maior a composição orgânica do capital, maior a tendência ao desemprego.

QUESTÃO 32

Leia o texto a seguir.

“Nos termos mais amplos, a Economia pode ser vista como a disciplina que investiga a lógica da ação humana. Para que haja ação, é necessário que as pessoas tenham alguns objetivos ou propósitos, sejam lá quais forem eles. Adicionalmente, deve existir algum obstáculo à realização desses objetivos. Elaboram-se então planos de ação, que contemplam meios para atingir todos os fins; ou, em outras palavras, a ação econômica surge na presença da escassez”.

VASCONCELLOS, M. A. S.; OLIVEIRA, R. G.; BARBIERI, F. *Manual de microeconomia*. São Paulo: Atlas, 2011.

Com base no trecho e de acordo com os conceitos da teoria da oferta e da demanda, a quantidade de bens que um consumidor escolhe comprar depende de quê?

- (A) Da quantidade de trabalhadores empregados na empresa.
- (B) Da quantidade de proprietários que a empresa produtora do bem tenha.
- (C) Da taxa de composição orgânica do capital e da superpopulação relativa.
- (D) Das preferências do consumidor, que podem também provocar alterações na curva de demanda.

QUESTÃO 33

A economia é formada por um conjunto complexo de variáveis que, continuamente, interagem entre si, determinando não apenas a dinâmica dos agentes, mas também a forma como cada uma dessas variáveis se comporta no tempo. Para determinar a avaliação dessas formas de interação que são propostos os conceitos de elasticidade, que trata

- (A) da intensidade com a qual as alterações em uma variável influenciam no comportamento da outra.
- (B) da geração de desemprego numa economia.
- (C) da definição de quantos trabalhadores serão empregados em uma empresa.
- (D) da quantidade de lucro que uma empresa é capaz de gerar.

QUESTÃO 34

Apesar de os mercados possuírem dinâmicas que são individuais, o que permite sua análise de maneira isolada, o fato é que, no mundo real, os distintos mercados interagem, podendo influir nos preços e níveis de produção um dos outros, seja pelo fato de uma mercadoria ser um insumo de produção de outra mercadoria, seja pelo fato de duas mercadorias serem bens substitutos ou complementares. Essas inter-relações podem ser analisadas a partir da Teoria do Equilíbrio Geral, segundo a qual

- (A) o resultado de um sistema econômico trata-se tão somente da somatória de suas partes individuais, de modo que o equilíbrio geral nada mais que é uma agregação dos resultados obtidos na análise do equilíbrio parcial.
- (B) os efeitos de *feedback* determinam os ajustes que precisam ser continuamente realizados – seja no preço ou na quantidade – de um determinado mercado causado quando os demais mercados mantêm todas as suas variáveis em níveis constantes.
- (C) as alocações eficientes de bens entre dois consumidores ou de dois insumos entre duas funções de produção podem ser representadas pela chamada curva de contrato, que mostra as alocações a partir das quais não há mais troca que seja mutuamente vantajosa.
- (D) a distribuição eficiente ocorre sempre no ponto em que nova alocação de bens em favor de um determinado agente ocorra sem provocar prejuízo aos outros agentes, mesmo levando em conta o princípio da limitação dos recursos produtivos.

QUESTÃO 35

O modo de produção capitalista, em seu processo de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que produz riqueza em nível crescente, também cria tendências à desigualdade e à pobreza, uma vez fundamentado em um sistema onde proprietários dos meios de produção exploram os não-proprietários. Dada essa lógica desigual, surgiram formas alternativas de se pensar a produção e a organização das relações de trabalho, dentre as quais ganha destaque a economia solidária, que pode ser entendida como

- (A) um sistema produtivo no qual os capitalistas promovem uma repartição mais igualitária dos ganhos produtivos, mantendo o equilíbrio entre as taxas de crescimento dos rendimentos do capital e do trabalho.
- (B) um modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, que resulta na produção de uma única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica.
- (C) uma forma específica de organização das relações de trabalho, que dispensa os contratos formais de trabalho a partir da implementação da figura do “colaborador” em substituição ao “trabalhador”, mantendo uma maior equidade entre proprietários e não-proprietários.
- (D) um sistema de organização da produção onde as diferenças entre os salários dos empregados e os lucros dos capitalistas são compensadas a partir da implementação de distintos tipos de benefícios aos trabalhadores, sempre vinculados a seu nível de produtividade.

RASCUNHO**QUESTÃO 36**

As estratégias e ações da economia solidária podem assumir importante relevância nas distintas políticas públicas de desenvolvimento territorial. Isso ocorre por duas razões distintas: em primeiro lugar, pelo seu potencial de atuação junto a comunidades de baixa renda e com alto grau de vulnerabilidade social; em segundo lugar, pela possibilidade de se pensar em políticas específicas para cada região, considerando as características locais, as questões culturais e a disponibilidade de recursos produtivos. A relação entre as ações de economia solidária e as políticas públicas de desenvolvimento territorial atesta que

- (A) as cooperativas agrícolas possuem baixa capacidade de gerar desenvolvimento local para populações de baixa renda, devido ao forte caráter primário-exportador da economia brasileira e da presença de grandes grupos capitalistas na produção rural.
- (B) em regiões mais isoladas dos grandes centros urbanos, a maior interação entre os indivíduos da sociedade permite um igual aproximação entre empregadores e empregados, reduzindo as desigualdades entre os agentes produtivos e, por isso, aprimorando a relação entre desenvolvimento produtivo e social.
- (C) o governo brasileiro, apesar das grandes possibilidades de desenvolvimento territorial a partir de estratégias da economia solidária, nunca avançou na criação de agências institucionais e na implementação de políticas públicas voltadas à promoção dessa interação.
- (D) a participação de indivíduos enquanto “empresários” estruturados em cooperativas, do ponto de vista da organização produtiva local, permite uma melhor compreensão de suas demandas, aprimorando a interação entre comunidade e empresa na busca do maior desenvolvimento social.

RASCUNHO

QUESTÃO 37

O debate sobre a forma como o avanço tecnológico impacta no estabelecimento das relações capital-trabalho, bem como na expansão e retração das formas de ocupação, tem assumido papel de destaque, ao longo da história, na Economia Política. Com base nisso, qual autor pode ser corretamente correlacionado com sua tese?

- (A) David Ricardo, apesar de nas primeiras versões clássicas de sua obra ter indicado que a introdução da maquinaria traria benefícios tanto para capitalistas (pela redução de custos) quanto para trabalhadores (pela tendência à elevação dos salários reais), posteriormente acabou por incorporar a percepção de que essa introdução poderia igualmente ser poupadora de mão de obra.
- (B) Alfred Marshall aponta que a maior simplificação da divisão do trabalho na produção e o rebaixamento das tarefas subdivididas em ações de rotina estabelecem as condições para que essas mesmas ações possam ser feitas por uma máquina, que são capazes de realizar essas atividades repetitivas com mais eficiência.
- (C) Joseph Schumpeter debate que a introdução de inovações e sua consecutiva generalização para outros setores produtivos seria incapaz de gerar efeitos deletérios para a classe trabalhadora, que seria beneficiada não só por novas oportunidades de trabalho, mas também pelos efeitos da redução dos custos sobre os preços.
- (D) Economistas Neoschumpeterianos, ao propor uma reformulação dos preceitos apresentados por Schumpeter, indicavam que o desemprego tecnológico era inevitável a partir da introdução das inovações, de tal modo que os empregos que fossem perdidos em um setor não poderiam ser compensados em outros setores.

RASCUNHO**QUESTÃO 38**

Em 2016, a Organização das Nações Unidas propôs aos líderes mundiais 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para que, coletivamente, a humanidade pudesse dissociar o crescimento econômico da pobreza, da desigualdade e das mudanças climáticas. Um desses objetivos era o alcance da igualdade de gênero no mercado de trabalho, fator de grande relevância para os países latino-americanos, dado as históricas diferenças de empregabilidade por gênero. Na relação entre gênero e mercado de trabalho na América Latina,

- (A) o tempo de dedicação ao trabalho doméstico já se equalizou entre mulheres e homens, ainda que permaneça, reconhecidamente, como uma função tipicamente feminina.
- (B) o emprego feminino se concentra no setor de serviços de cuidado (mais de 25%), enquanto apenas 6% do emprego masculino está concentrado neste tipo de atividade.
- (C) a queda do desemprego foi mais acentuada para mulheres que para homens desde 2020, de modo que houve avanços consideráveis na redução da brecha de desemprego por gênero.
- (D) a taxa de informalidade é maior para mulheres do que para homens, segundo dados da CEPAL, elemento que piora as condições de heterogeneidade do tipo de atividade que cada gênero ocupa.

QUESTÃO 39

As novas tecnologias da informação consolidaram uma nova atividade no setor de serviço – os chamados “trabalhadores de aplicativo” – que, no caso do Brasil, tem suscitado uma série de estudos em torno das características desse tipo de serviço, das relações de trabalho que se estabelecem entre empresas e trabalhadores e sobre as novas formas de regulação. É característica das relações de trabalho em aplicativo:

- (A) a presença de contratos de trabalho formal, na qual empresas e prestadores de serviço negociam diretamente os termos do contrato, que ocorrem fora da legislação trabalhista pela natureza da atividade, em especial no que diz respeito à jornada mínima definida por lei.
- (B) o estabelecimento de graus de liberdade na realização da atividade, uma vez que os prestadores de serviço elegem os dias e horários de trabalho, ao passo que as empresas não possuem mecanismos de controle da prestação de serviço.
- (C) a remuneração variável – dependendo da dinâmica da prestação do serviço – mas que, como tem sido apresentado em diversas pesquisas, se estabelecem em níveis elevados, razão pela qual há a oposição das empresas ao avanço para a formalização.
- (D) a ausência de reconhecimento dos prestadores de serviço como empregados da empresa, como está posto no projeto de lei proposto em 2024 para regulamentar o trabalho por aplicativo.

QUESTÃO 40

O avanço do modo de produção capitalista e dos sistemas industriais tem como um de seus principais pilares os processos de inovação, entendidos como os responsáveis pela introdução de novas formas de organização do ciclo produtivo que conduzem a uma série de transformações: redução de custos e aumento da produtividade, alteração dos tipos e níveis de ocupação, proposição de novos processos e produtos, modificação dos marcos institucionais, entre outros. Diversos estudos realizados ao longo do século XX desaguaram nas distintas vertentes da Teoria da Inovação. Que autor ou grupo de autores pode ser corretamente correlacionado ao(s) argumento(s) defendido(s) por ele(s)?

- (A) Para Giovanni Dosi, a trajetória tecnológica poderia ser caracterizada como um modelo e um padrão de solução de determinados problemas tecnológicos, baseados em princípios derivados das ciências naturais e em certas tecnologias materiais.
- (B) Para Joseph Schumpeter, os grandes processos transformadores do sistema produtivo estavam naquilo que ele chamou de “destruição criativa”, a qual dependia da introdução de novos mecanismos de financiamento – que impulsionavam a capacidade de investimento dos capitalistas – deixando de guardar qualquer relação com o processo de inovação.
- (C) Para Nathan Rosemberg, vale o mesmo esquema proposto por Schumpeter em relação ao estágio invenção-inovação, assumindo dessa forma que existe um estoque de invenções disponíveis para o agente inovador.
- (D) Para Richard Nelson e Sidney Winter é necessário incluir na análise a diversidade e a complexidade institucionais da inovação; como resultado, o padrão de geração e difusão de inovações pode variar grandemente em função das características da estrutura institucional.

QUESTÃO 41

O rápido avanço no desenvolvimento tecnológico e em sua sucessiva incorporação em novos sistemas e métodos produtivos tem sido capaz de alterar em tal nível as formas de se pensar a produção e a reorganização do modo de produção capitalista, a partir da acumulação flexível, que pesquisadores têm falado na emergência de um novo tipo de indústria – a chamada “indústria 4.0” – que pode ser entendida como

- (A) uma indústria cujo sistema produtivo dispensa a participação de mão de obra viva, ou seja, todas as etapas da produção são realizadas por máquinas e tecnologias da informação.
- (B) um sistema produtivo que engloba as principais inovações tecnológicas dos campos de automação, controle e tecnologia da informação, aplicadas aos processos de manufatura.
- (C) uma indústria que mescla elementos do Fordismo – a linha de produção – e do Toyotismo - o trabalhador multitarefas – como forma de impulsionar os níveis de produtividade.
- (D) um sistema produtivo verde, que aplica métodos que, conjuntamente, precisam incorporar elementos de reciclagem, não poluição e utilização moderada de recursos naturais.

QUESTÃO 42

De acordo com documento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) (2010), a gestão da propriedade intelectual é um dos elementos centrais para que as empresas brasileiras possam buscar – e ganhar – competitividade no mercado global, dado que, através dela, dirigentes empresariais podem prospectar oportunidades, monitorar a concorrência e identificar níveis de investimentos e desenvolvimento de produtos e processos. A propriedade intelectual é dividida em três grandes grupos, que são:

- (A) os direitos autorais, a propriedade industrial e a proteção *sui generis*.
- (B) a lei de textos, a lei de escritas e a lei de decisões.
- (C) a concessão de patentes, a invenção de modelos e a utilidade de registro.
- (D) a manutenção dos sistemas, as modificações de redução e a produtividade média.

QUESTÃO 43

O processo de expansão do capitalismo a nível mundial, especialmente em sua fase imperialista, ocorreu não apenas com o processo de conquista e dominação de um conjunto de regiões por outras – determinando relações de exploração e dependência – mas igualmente resultando em formas desiguais de desenvolvimento e, por isso, em desequilíbrios nos processos de constituição e estruturação das economias a nível regional. A partir dessa ideia, a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual diz que

- (A) as condições de uma região de se desenvolver serão piores, havendo a existência ou não de relações de dominação, a depender dos recursos produtivos que possuiu, das habilidades de sua força de trabalho e da capacidade política-institucional de estruturação do seu poderio militar.
- (B) as sociedades passam por cinco etapas do desenvolvimento entre uma situação mais arcaica e uma mais avançada, e as possibilidades de transição de uma fase a outra dependem do alcance dos elementos constitutivos mínimos em cada uma delas; a não transição entre fases explica os diferentes níveis de desenvolvimento entre as regiões.
- (C) a dinâmica da acumulação do capital pode alterar o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdades entre os territórios, sendo que os desenvolvimentos geográficos são fortemente influenciados pela acumulação do capital, pela ação do homem na natureza, pela busca de redução do tempo de giro do capital e pelos conflitos territoriais em diferentes escalas geográficas.
- (D) os territórios, a partir de suas características naturais, possuem diferenças e particularidades, as quais determinarão, a partir da relação o domínio do capital, as possibilidades de expansão; quanto mais dotado de recursos for o território, menores as chances de desigualdade em relação aos territórios do capitalismo central.

QUESTÃO 44

A formação da economia brasileira esteve intimamente ligada, desde uma perspectiva histórica, à forma como o território foi continuamente sendo ocupado. Este, por sua vez, se transformava em regiões produtivas a depender dos recursos disponíveis, da possibilidade de seu posicionamento no mercado internacional e, pelo menos até o fim do período colonial, dos interesses da Coroa Portuguesa. Com a independência, as decisões de produção, sempre vinculadas à economia primário-exportadora, seguiram articuladas ao modelo anterior: a concentração das inversões em regiões dotadas de recursos naturais a serem explorados, ou com condições para a produção de bens com alta demanda na economia internacional. Essas questões determinaram uma forma de ocupação do território no Brasil não apenas desarticulada, mas também com a concentração de recursos e desenvolvimento em determinadas regiões e em detrimento de outras, ocasionando uma série de problemas, fluxos migratórios, desigualdade de renda e pobreza entre outros, que a sua vez impuseram a necessidade da formulação de políticas públicas de desenvolvimento regional. A história do desenvolvimento regional no Brasil nos diz que

- (A) as ações para a promoção do desenvolvimento social existem desde o século XIX, mas só a partir da década de 1980 que formalmente são efetivadas políticas de desenvolvimento regional, articuladas a partir de instituições do governo federal com os governos estaduais.
- (B) as Superintendências de Desenvolvimento Regionais foram as primeiras experiências de política pública para o desenvolvimento regional, resultando na formação de agências para o Nordeste (Sudene), Amazônia (Sudam) e Centro-Oeste (Sudeco).
- (C) os principais avanços financeiros nas agências de desenvolvimento regional ocorreram com a estabilização promovida pelo Plano Real e o processo de abertura da economia na década de 1990, com aportes sendo feitos a partir de capital privado.
- (D) a Política Nacional de Desenvolvimento Regional foi criada nos anos 1990 e, apesar de ser um plano do governo federal, era voltado para as regiões Norte e Nordeste, uma vez identificado os menores níveis de desenvolvimento nessas regiões.

QUESTÃO 45

Em um país cuja formação econômica esteve intimamente vinculada à produção de produtos primários para exportação e que ainda possui uma pauta de exportação com forte participação de bens oriundos da indústria extrativa e agropecuária, a questão agrária se coloca como um dos elementos de extrema relevância no debate sobre a dinâmica da atividade produtiva. Considerando os elementos determinantes na convergência entre o desenvolvimento territorial rural, a questão agrária e o acesso à terra no Brasil, o desenvolvimento territorial rural é

- (A) um processo de transformação produtiva institucional em um espaço determinado cujo fim é reduzir a pobreza rural.
- (B) um conjunto de políticas públicas para a implementação e promoção da reforma agrária.
- (C) um conjunto de leis derivadas da atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).
- (D) uma série de debates consubstanciados no chamado Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

QUESTÃO 46

O setor agroalimentar ocupa uma posição de destaque no sistema econômico de praticamente todos os países ditos desenvolvidos. No caso do Brasil, o sistema agroindustrial (SAI) é responsável por uma parte importante da economia nacional. Segundo dados disponíveis no sítio virtual da Embrapa, a agroindústria tem participação de aproximadamente 5,9% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, no beneficiamento, na transformação dos produtos e no processamento de matérias-primas provenientes da agropecuária. A partir dessas informações, os sistemas agroindustriais podem ser definidos como

- (A) um conjunto de atividades interrelacionadas no agronegócio em distintos níveis de coordenação vertical, capaz de conectar os agentes da cadeia produtiva de forma ampla nos segmentos antes, dentro e depois da porteira da fazenda.
- (B) os mecanismos para definir a identificação de certo produto final, justamente no itinerário até o consumidor no qual são utilizados processos técnicos, comerciais, logísticos e financeiros necessários, de forma a sistematizar a sucessão de operações encadeadas.
- (C) a unidade produtora integrante dos segmentos localizados nos níveis de suprimento à produção, transformação e acondicionamento, e que processa o produto agrícola, em primeira ou segunda transformação, para sua utilização intermediária ou final.
- (D) uma rede de organizações, através de ligações em dois sentidos, dos diferentes processos e atividades, produzindo valor na forma de produtos e serviços colocados ao alcance do consumidor final.

QUESTÃO 47

Os estudos dos sistemas agroindustriais seguem duas principais correntes metodológicas: o “*Commodity System Approach*” e o “Análise de Filière (ou Cadeias de Produção)”. Na Análise de Filière,

- (A) a base teórica é derivada dos aspectos metodológicos de economia internacional, uma vez desenvolvida a partir de estudos para as cadeias produtivas da laranja, do trigo e da soja nos EUA, e sua consecutiva tentativa de adaptação para a realidade de outros países.
- (B) a metodologia, apesar de sua relevância para o estudo do caso estadunidense, teve pouca aceitação para aplicação em pesquisas de outros países, especialmente para a proposição de uma visão sistêmica do agronegócio, dado seu elevado nível de especificidade para a análise da realidade desse país.
- (C) a metodologia agrega elementos relativos à produção, deixando de incorporar aspectos referentes às relações comerciais e/ou financeiras que agregam o processo produtivo; trata-se de uma análise focada nos aspectos específicos do ciclo de produção.
- (D) o entendimento das cadeias de produção é incorporado como uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico.

RASCUNHO

QUESTÃO 48

Leia o texto a seguir.

“Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título *‘Latin American Adjustment: How Much Has Happened?’*, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatara experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. As conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de ‘Consenso de Washington’”.

BATISTA, P. N. (1994). *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. In: Lima Sobrinho, B. (1994) (Org.). *Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público*. São Paulo: Paz e Terra.

O consenso de Washington consistiu

- (A) na proposição de um conjunto de políticas voltadas ao reestabelecimento do liberalismo econômico a nível internacional, por isso consubstanciadas nas chamadas “políticas neoliberais”.
- (B) na formulação de um conjunto de políticas econômicas de estabilização que deveria ser adotada por todos os países-membros da Organização das Nações Unidas que se encontrassem em complexos processos de endividamento internacional.
- (C) num programa que, para além das políticas de cunho econômico, propunha também políticas sociais, dado que seus formuladores compreendiam que a distribuição de renda era elemento central no processo de desenvolvimento econômico.
- (D) num acordo estabelecido entre países credores, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial para renegociação de dívidas de países subdesenvolvidos, nos quais deveria ser implementada uma agenda de reformas protecionistas.

RASCUNHO**QUESTÃO 49**

O período neoliberal inaugurou uma nova fase no capitalismo, marcado por uma tentativa de readequação dos mecanismos do capital com o intuito de evitar a crise que se impunha nas economias capitalistas centrais, especialmente nos EUA, a partir da década de 1970. O que se seguiu foi um gradual processo que se estabeleceu não só nestes países, mas também na periferia, e que incluía controle dos salários, erosão gradual dos sistemas de proteção social, onda de desempregos, crescimento lento, deslocalização de empresas, entre outros fatores. Do ponto de vista teórico, o neoliberalismo é entendido como

- (A) uma reconfiguração do compromisso keynesiano, a partir da reformulação das formas de intervenção do Estado com a inclusão de preceitos da economia neoclássica, resultando naquilo que também convencionou-se chamar de “neokeynesianismo”.
- (B) um conjunto de regras de condução da política econômica prescritas para que o mercado e capital possam ser recolocados como condutores da dinâmica econômica internacional.
- (C) um conjunto de normativas propostas pela economia estadunidense, a partir da década de 1970, para aplicação particular em sua própria economia, como forma de frear os efeitos das duas crises do petróleo.
- (D) uma nova proposição teórica no campo econômico, cujo eixo central trata de formulações para o comércio entre diferentes países e que fundamentou preceitos para a economia internacional, assim como mecanismos para agências como, por exemplo, a Organização Internacional do Comércio.

RASCUNHO

QUESTÃO 50

A década de 1980 foi reconhecidamente o período de crise da dívida para os países latino-americanos, que impôs a muitos deles a necessidade de avançar para processos de negociação junto ao Fundo Monetário Internacional. Os desdobramentos dos processos de renegociação de dívidas públicas se reproduziram ao longo das últimas décadas, determinando uma série de questões a respeito das políticas fiscais dos distintos países da região. É/São elemento(s) próprio(s) às políticas de renegociação da dívida:

- (A) as elevações das taxas de juros para atração de capitais externos que, mesmo com efeitos deletérios, conseguem amortecer a dívida pública dos países, na medida em que ampliam a entrada de capitais, direcionados exatamente ao financiamento dessas dívidas.
- (B) a possibilidade de redução da dívida pública via políticas neoliberais, referentes à ampliação do papel do Estado na economia, com aumento do nível de investimento e repasses de recursos para empresas públicas, que aumentam o nível de produção e os ganhos do governo.
- (C) o tripé das políticas de renegociação – câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário –, tido como principal mecanismo indicado aos países subdesenvolvidos como forma de reduzir os gastos públicos, tendo assim impacto na própria dívida pública.
- (D) as políticas neoliberais e seus efeitos sobre o escalonamento do processo de endividamento, ao atrair capitais remunerados com elevadas taxas de juros, reduzindo possíveis efeitos benéficos do processo de renegociação e rolagem da dívida.

RASCUNHO**QUESTÃO 51**

O termo “desenvolvimento” tem sido utilizado, na literatura econômica, por distintas escolas de pensamos e, por isso, igualmente tomado em acepções muito amplas e heterogêneas. Em comum a todas elas o fato de que se trata de um processo gradual de percepção de melhoria em variáveis econômicas, que permitem o posicionamento do objetivo de análise – seja ele apreendido do ponto de vista micro ou macroeconômico – em uma situação social e econômica superior à anterior. Sobre as distintas formas de entendimento do conceito de desenvolvimento, qual teoria está devidamente correlacionada à sua interpretação?

- (A) Para as teorias marxistas, o desenvolvimento, enquanto objetivo a ser buscado por uma sociedade, está vinculado a um processo de avanço das forças produtivas, independente dos impactos e custos que representem para o conjunto da classe trabalhadora, de modo que o desenvolvimento é uma variável relativa ao avanço tecnológico e sua implementação dos processos produtivos.
- (B) Para a economia neoclássica, o desenvolvimento econômico está atrelado às decisões no campo dos agentes agregados, uma vez que são essas decisões que garantem a expansão da oferta e da demanda, ampliando assim as vendas individuais das empresas, ao mesmo tempo em que se expande o emprego, sempre garantindo níveis satisfatórios da utilidade marginal dos agentes.
- (C) A teoria keynesiana percebe que o avanço da economia depende da articulação entre a demanda agregada, a eficiência marginal do capital e a propensão a consumir, de tal modo que, independentemente do nível de investimento, a economia fosse capaz de promover a expansão do emprego, garantindo ganhos para o setor produtivo e para a classe trabalhadora.
- (D) A teoria do desenvolvimento ou estruturalista da CEPAL entende que o desenvolvimento econômico está atrelado à organização do setor industrial nas economias, razão pela qual elas devem realizar a transição do modelo de desenvolvimento para fora – caracterizado pela exportação de bens primários – para o modelo de desenvolvimento voltado para dentro – com foco na industrialização para atendimento do mercado interno.

QUESTÃO 52

Enquanto sociedade que se forma com base na economia colonial, o Brasil estruturou sua economia, prioritariamente, como primário-exportadora, modelo que vigorou como eixo dinâmico da economia desde o período colonial até a década de 1930, quando, em decorrência dos efeitos da crise de 1929, começa a operar os mecanismos do processo de substituição de importações. O primeiro momento de avanço relevante da estrutura industrial acontece ao longo da década de 1940, com o investimento em um conjunto de empresas públicas responsáveis pela estruturação da indústria de base e infraestrutura. Mas é na década de 1950 que ocorre um grande avanço neste setor, a partir da criação do Plano de Metas, que

- (A) foi formulado e implementado por Juscelino Kubitschek e tinha uma proposta ousada: promover, no prazo de 5 anos, um projeto industrial referente a 50 anos, com metas orientadas em 4 principais áreas - infraestrutura, produção de bens de capital, introdução do setor de bens de consumo duráveis e estímulo à produção de alimentos.
- (B) utilizava de mecanismos mistos de financiamento para a implementação dos projetos, mas era fundamentalmente executado com recursos públicos do tesouro nacional, de modo que, durante o período, houve moderada penetração de capital estrangeiro no país.
- (C) tinha como foco a centralização da articulação entre projetos públicos e investimento privado; com isso, quer-se dizer que o governo federal atuou na oferta da estrutura industrial básica e de linhas de financiamento, ficando os investimentos produtivos e a decisão da alocação setorial de recursos a cargo do setor privado.
- (D) obteve baixo nível de sucesso - a despeito do seu tamanho e ousadia, e do elevado uso de recursos públicos, disponibilizados também via emissão monetária -, com modificações marginais na estrutura industrial e baixa capacidade de geração de emprego, o que igualmente resultou no aumento da concentração de renda no período.

RASCUNHO**QUESTÃO 53**

Um dos principais desafios do governo Ernesto Geisel (1974-1979) era dar continuidade aos projetos de crescimento e industrialização do Brasil, dado que a expansão econômica era fator primordial para a legitimação do regime militar e para a afirmação do país, a nível internacional, como uma grande potência geopolítica. Para tanto, em seu governo foi implementado o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (II PND), que consistia em

- (A) reorientar os projetos não realizados durante o Plano de Metas e o I PND, de modo que se tratava de uma readequação das ações do planejamento militar, alinhado às teorias mais gerais do planejamento econômico.
- (B) uma proposta de transformação estrutural da economia brasileira, com as prioridades recaindo sobre o setor energético, os setores siderúrgico e petroquímico e a indústria de bens de capital.
- (C) um projeto de formulação do mercado de capitais brasileiro, como forma de ampliar os canais de abertura e entrada de capitais externos, que poderiam ser canalizados para o investimento industrial.
- (D) retomar a orientação primário-exportadora da economia brasileira, uma vez que a experiência dos anos anteriores havia mostrado a pouca capacidade do país na estruturação do setor industrial.

RASCUNHO

QUESTÃO 54

De modo geral, a década de 1980 foi desafiadora para os países subdesenvolvidos, dentro dos quais se enquadrava o Brasil. Uma série de eventos na economia internacional ao longo da década de 1970 – como os dois choques do petróleo e a elevação da taxa de juros estadunidenses – impactou sobre as dívidas externas de muitos países, muitas das quais eram baseadas em taxas de juros flutuantes. Para o Brasil, a crise da dívida teve impactos relevantes na economia, especialmente no escalonamento da inflação, que impôs a necessidade da formulação de novos planos monetários. Sobre os sucessivos planos implementados na década de 1980, o Plano

- (A) Nova República implementou políticas fiscal e monetária expansionistas, ainda que aparentemente contraditório com o cenário de inflação; o intuito era criar incentivos para a indústria e, através do gradual aumento da produção, provocar uma redução dos preços.
- (B) Cruzado foi adotado a partir do programa brasileiro de estabilização, em 1986, e um dos principais elementos da nova moeda foi a política de congelamento dos salários, com a manutenção da suspensão dos dissídios coletivos anuais.
- (C) Bresser, de 1987, foi implementado como um programa de estabilização híbrido, incluindo elementos tanto ortodoxos quanto heterodoxos de combate à inflação, mas excluindo a meta de “inflação zero”.
- (D) Verão tinha como um de seus principais elementos a indexação permanente da economia, como forma de implementar instrumentos mais restritos para evitar novos escalonamentos da inflação, especialmente frente ao fracasso dos planos anteriores.

RASCUNHO**QUESTÃO 55**

O mundo contemporâneo apresenta uma configuração do capitalismo no qual o capital portador de juros passa a assumir uma posição central, ao lado de grupos industriais transnacionais. Esses grupos, junto às instituições bancárias e financeiras, passam a organizar a produção de bens e serviços e a dominação política e social do capital. A fase da financeirização da economia mundial tem como característica:

- (A) a dominação do capital portador de juros, que está intimamente ligada às novas formas de atuação do Estado, a partir da implementação de mecanismos de política econômica que permitiram a desregulamentação e o desbloqueio de seus sistemas financeiros.
- (B) a emergência de uma nova fase do Estado de Bem-Estar Social, voltado a encontrar novas formas de financiamento para as políticas de emprego, proteção social e redução da desigualdade de renda.
- (C) a acumulação financeira, convergente com o conjunto de ações de valorização de recursos excedentes do capital produtivo, a partir da canalização para setores produtivos com baixo grau de eficiência e taxa de investimento.
- (D) o estabelecimento do capital portador de juros como centro da dinâmica econômica internacional, consolidando uma fase iniciada na década de 1950 com a criação dos instrumentos financeiros, e potencializado com o escalonamento das dívidas públicas.

RASCUNHO

QUESTÃO 56

No final da década de 1990, a crise que se instalou sobre a economia brasileira, causada principalmente pelo escalonamento do endividamento frente as elevadas taxas de juros, exigiu a reformulação da política econômica central, resultando na adoção do chamado “tripé macroeconômico”, que consistiu

- (A) num conjunto de políticas voltadas ao estabelecimento dos mecanismos de protecionismo, suspensos desde o final da década de 1980, quando iniciou-se a implementação do ideário neoliberal no país.
- (B) na adoção de um bloco de políticas compostas por câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário, como forma de reduzir os impactos causados pelas elevadas taxas de juros no processo de endividamento.
- (C) na reestruturação dos mecanismos adotados desde 1993 com o Plano Real, especificamente os instrumentos da âncora cambial, que passavam a determinar o valor da moeda nacional a partir de uma cesta de moedas internacionais, e não mais apenas o dólar.
- (D) na formulação de uma nova política econômica, que incorporava abertura comercial, abertura financeira e redução do papel do Estado, como forma de convergir a atração de financiamento externo com redução de gastos, e com isso equacionar a dívida pública.

RASCUNHO**QUESTÃO 57**

Um dos grandes conflitos na formulação planejamento público para a redução das desigualdades sociais se estabelece nos limites impostos pelas políticas de austeridade fiscal, que têm como fundamento a redução de gastos para amortecimento das dívidas públicas. Essa tem sido uma controvérsia presente na economia brasileira nos últimos anos, especialmente desde a implementação dos mecanismos do Plano Real e, posteriormente, com a adoção do tripé macroeconômico. Na relação entre austeridade fiscal e política social,

- (A) os instrumentos fiscais dificilmente poderiam ser utilizados como mecanismos eficientes de distribuição de renda, uma vez que formalmente são aplicados pela administração de impostos, e não pela destinação de recursos para políticas específicas.
- (B) a agenda central do governo federal, desde o início dos anos 2000, está centrada na formulação e reforço das políticas sociais, de tal modo que o ajuste fiscal deve ser pensado considerando os gastos previstos para o campo social.
- (C) o conflito central se estabelece porque, uma vez sendo necessário o corte de gastos para atendimento dos padrões estabelecidos para a política de superávit primário, o governo tem restrições à ampliação de políticas de distribuição de renda.
- (D) a austeridade econômica se sustenta em argumentos robustos e estudos convergentes que, em sua maioria, propagam a ideia de que a redução das desigualdades de renda se instaura como um processo decorrente do crescimento econômico, sendo desnecessário haver políticas específicas para esse objetivo.

RASCUNHO

QUESTÃO 58

Os países participam do comércio internacional por dois motivos básicos: primeiro, porque são diferentes uns dos outros; segundo, para obter economias de escala em sua produção. As relações entre diferentes países e suas respectivas trocas ensejou a formulação de teorias da economia internacional, cujo fundamento está assentado na Teoria

- (A) das Vantagens Comparativas, segundo a qual cada país se dedica à produção de bens para os quais possuem maior disponibilidade de recursos produtivos e habilidades técnicas, promovendo trocas na economia internacional.
- (B) do Valor, segundo a qual o valor impresso a cada mercadoria depende diretamente do tempo de trabalho necessário à sua produção, que por sua vez serve de base para a realização das trocas na economia internacional.
- (C) dos Choques Adversos, que explica evento atípicos na economia internacional que, ocasionalmente, podem promover incentivos ao início de processos produtivos em regiões que, anteriormente, tinham sua dinâmica econômica inteiramente dependente do comércio internacional.
- (D) do Desenvolvimento Desigual, que advoga que há, por questões naturais, diferenças econômicas entre os países, de tal modo que a estruturação da economia internacional é necessária para promover a resolução dessas diferenciações.

QUESTÃO 59

Uma das principais teorias em economia internacional é a de que o comércio é condicionado, em grande parte, pelas diferenças entre os recursos dos países. Essa teoria – conhecida como Teoria de Heckscher-Olin – enfatiza a interrelação entre as proporções em que fatores de produção diferentes estão disponíveis em diferentes países, e as proporções em que eles são utilizados na produção de distintos bens. É pressuposto dessa teoria

- (A) que inexista interrelação entre a razão de unidades de terra e trabalho utilizada na produção e a relação entre seus respectivos custos.
- (B) que cada economia possa produzir dois bens e que a produção de cada bem exija o uso de dois fatores de produção.
- (C) que, como considera-se a estabilidade dos preços no curto prazo, eles interferem de maneira irrelevante nos custos de produção, determinados apenas pela quantidade do fator utilizado.
- (D) que a proporção entre os recursos utilizados depende de vários fatores, menos de seus respectivos custos, dado que a combinação ótima de fatores de produção depende do nível tecnológico.

QUESTÃO 60

De acordo com artigo de Holanda Filho (1998), "*Livre comércio versus protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas versões*", publicado na Revista Estudos Econômicos (v. 28, n. 1, 1998), sempre existiu, na história do pensamento econômico, uma controvérsia entre aqueles que defendem o princípio liberal do livre comércio e os que argumentam em favor da adoção de medidas protecionistas. De acordo com o debate sobre livre comércio e protecionismo,

- (A) o pensamento mercantilista foi, formalmente, o primeiro defensor do livre-cambismo, entendido como um elemento primordial para o avanço sobre outras regiões, as quais pudessem consolidar as bases de novas relações comerciais.
- (B) o pensador Adam Smith, a partir de um rigoroso ataque às teses mercantilistas, desenvolve sua argumentação a partir da análise de casos práticos do comércio externo da Inglaterra, na época em que houve liberalização do comércio de determinados produtos.
- (C) os países do capitalismo central foram refratários à adoção das políticas protecionistas, apesar do avanço dessas ideias no início do século XX; nos EUA, por exemplo, o protecionismo só é adotado após a década de 1950.
- (D) a Teoria Neoclássica, mesmo fundada em princípios liberais, passa a adotar de forma cada vez mais veemente a defesa de políticas protecionistas como forma de regular a atividade econômica na primeira metade do século XX, a exemplo das sucessivas crises no modo de produção capitalista.

RASCUNHO